

**A EVOLUÇÃO INTERSETORIAL DO  
MERCADO DE TRABALHO CAPIXABA  
E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A  
REDUÇÃO DA INFORMALIDADE  
CENSOS 2000 E 2010**

# Instituto Jones dos Santos Neves

NT - 38

## Diretor-Presidente

José Edil Benedito

## Diretora de Estudos e Pesquisas

Pablo Silva Lira (Interino)

## Coordenador de Estudos Econômicos

Magnus William de Castro

## Elaboração

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

*Coordenação de Estudos Econômicos*

## Editoração

João Vitor André

*Assessoria de Relacionamento Institucional*

## Revisão

Adriano do Carmo Santos

*Coordenação de Estudos Sociais*

## Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

*Assessoria de Relacionamento Institucional*

Instituto Jones dos Santos Neves

Evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade censos 2000 e 2010. Vitória, ES, 2012.

20f. il. tab. (Nota técnica, 38)

1.Mercado de Trabalho. 2.Trabalho. 3.Setor Informal. 4.Informalidade  
5.Espírito Santo (Estado). I.Rocha, Antônio Ricardo Freislebem da.  
II.Título. III.Série.

# Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Este trabalho tem como objetivo identificar a contribuição das mudanças ocorridas na estrutura setorial<sup>1</sup> do mercado de trabalho capixaba para a redução da informalidade. Para tanto, selecionou-se alguns setores (Agropecuária, Indústria, Comércio, Construção e Serviços) bem como o respectivo grau de informalidade entre dois instantes do tempo: 2000 e 2010. A base de dados utilizada foram os microdados do CENSO/IBGE.

Os resultados mostram que o setor Agropecuária reduziu bastante sua participação na estrutura setorial, porém, seu grau de informalidade ainda é elevado. Mostra também a importância do setor de Serviços que absorveu em 2010 cerca de 41% das ocupações. Confirmam ainda a existência da relação entre estrutura setorial e grau de informalidade, todavia, esta é relativamente baixa (16,60%). Quando se avalia a contribuição para dois recortes geográficos: região Metropolitana (10,26%) e região não Metropolitana (20,87%) verifica-se que a contribuição é maior para essa última.

<sup>1</sup> A estrutura setorial representa como estão distribuídos os ocupados no mercado de trabalho, ou seja, qual a participação dos setores na absorção da mão de obra ocupada.

# Sumário

Apresentação .....	03
1. Introdução.....	05
2. Metodologia.....	06
3. Estrutura do Mercado de Trabalho Capixaba .....	07
3. Análise dos Resultados.....	14
4. Considerações Finais.....	17
Referências Bibliográficas .....	19
Anexo I .....	20

## 1. INTRODUÇÃO

Um aspecto importante observado entre os anos 2000 e 2010, tanto no país como no estado do Espírito Santo, foi a redução do setor informal no mercado de trabalho. Essa redução é reflexo de ações governamentais, tais como incentivo à formalização (acesso a linhas de crédito e outros benefícios), maior fiscalização, mudanças na escolaridade da população ocupada, mudanças na estrutura setorial, entre outras.

Não obstante à ausência de um consenso sobre a definição de “informalidade”, segundo Ramos (2007), é um fenômeno que chama a atenção de especialistas, formuladores de política e da sociedade em geral por vários motivos. Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais.

Uma aproximação razoável é a que utiliza uma espécie de “divisor de águas” entre os setores formal e informal, qual seja: a posse de carteira assinada e a contribuição previdenciária.

Conforme Ramos e Ferreira (2005):

“Vale lembrar, boa parte dela - o assalariamento sem carteira - é, na verdade, ilegalidade, visando ao não-pagamento de encargos. Adicionalmente, o trabalho autônomo por vezes é sinônimo de trabalho precário, resultado de uma estratégia de sobrevivência em circunstâncias em que o mercado de trabalho não consegue gerar empregos de qualidade, no sentido de adequados às dotações e às habilidades da força de trabalho, em quantidade suficiente. Nesses termos, é difícil aceitar a tese da informalidade como solução. Mais apropriado, parece, seria caracterizá-la como reveladora da gravidade do funcionamento deficiente do mercado de trabalho”.

“Outro aspecto subjacente às transformações ocorridas na economia como um todo, e no mercado de trabalho em particular, cuja importância normalmente não é destacada, diz respeito às mudanças espaciais na composição do emprego. A abertura econômica propiciou uma percepção mais fidedigna dos termos de troca por parte dos agentes econômicos, na medida em que foram eliminadas as distorções provocadas pelos subsídios à indústria de transformação característicos da estratégia de desenvolvimento anterior, baseada no modelo de substituição de importações. Com isso, o setor agrícola e o segmento do agronegócio tornaram-se mais atrativos e mais dinâmicos. Além disso, a própria necessidade de modernização do parque produtivo em conjunção com incentivos fiscais diferenciados entre as regiões - a chamada “guerra fiscal” - fizeram com que a estrutura e a distribuição espacial do emprego fossem modificadas”.

Dados do IBGE mostram que a taxa de informalidade no estado recuou de 49,26% em 2000 para 35,77% em 2010. Para a região Metropolitana<sup>2</sup> reduziu de 43,76% para 30,60% e na região não metropolitana<sup>3</sup>, notadamente mais elevada, de 55,57% para 42,10%.

A diminuição de vínculos informais é fundamental para que se quebre o “ciclo vicioso”<sup>4</sup> da informalidade. Em alguns mercados a informalidade surge como opção para evitar que o indivíduo fique à margem da sociedade, contudo, apesar de ocupado, esse indivíduo é desprovido dos benefícios sociais e da proteção da legislação trabalhista a que tem direito.

O presente estudo traz, além desta introdução, outras quatro seções: a segunda seção apresenta os aspectos metodológicos da nota, a terceira, a estrutura do mercado de trabalho capixaba, a quarta seção trata da análise dos resultados, e por fim são apresentadas as considerações finais.

## 2. METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta nota tem como base os microdados do Censo 2000 e 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa abrange todo o território nacional e é divulgada decenalmente.

Para determinar o grau de informalidade<sup>5</sup>, será utilizada a informação da posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência da pesquisa para os indivíduos com 16 anos ou mais de idade, economicamente ativos e ocupados.

A metodologia utilizada se baseou na proposta por Ramos e Ferreira (2005). Segundo os autores, o grau de informalidade pode ser obtido, em qualquer instante do tempo, a partir da soma dos produtos, dentro de cada setor, do grau de informalidade do respectivo setor pela sua participação na ocupação total:

$$GI_t = \sum_i GI_{it} \cdot PES_{it}$$

Onde:

$GI_t$  = grau de informalidade no instante  $t$

$GI_{it}$  = grau de informalidade do setor  $i$  no instante  $t$ , e

$PES_{it}$  = participação do setor  $i$  no emprego total no instante  $t$

<sup>2</sup> A Região Metropolitana é composta pelos seguintes municípios: Vitória (capital do estado), Serra, Vila Velha, Cariacica, Fundão, Viana e Guarapari.

<sup>3</sup> A região não Metropolitana compreende as demais microrregiões, num total de 71 municípios.

<sup>4</sup> Decorrente da associação existente entre os encargos fiscais pagos pelos empregadores e a informalidade. Quanto maiores os encargos, maior o incentivo à informalidade, menor arrecadação e conseqüentemente maior necessidade de elevação da carga tributária.

<sup>5</sup> O grau de informalidade utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira ou não contribuintes à instituto de previdência sobre o total de ocupados.

Então,

$$GI_{*t} = \sum_i GI_{it-1} \cdot PES_{it}$$

Onde:

$GI_{*t}$  = grau de informalidade que prevaleceria no instante t, caso apenas a estrutura setorial do emprego tivesse mudado, com o grau de informalidade dentro dos setores permanecendo igual ao do instante t-1.

Portanto, a contribuição da estrutura setorial da ocupação ( $CES_{t,t-1}$ ) que explica a variação no grau de informalidade entre os instantes t e t-1 seria dada por:

$$CES_{t,t-1} = \frac{GI_{*t} - GI_{t-1}}{(GI_t - GI_{t-1})}$$

Esse mesmo exercício será repetido para as regiões Metropolitana e Não Metropolitana, sendo que esta última compreende as macrorregiões Norte, Central e Sul.

A definição dos setores (Agropecuária, Indústria, Comércio, Construção, Serviços e atividades mal definidas) segue a classificação do CNAE<sup>6</sup> (Ver anexo I).

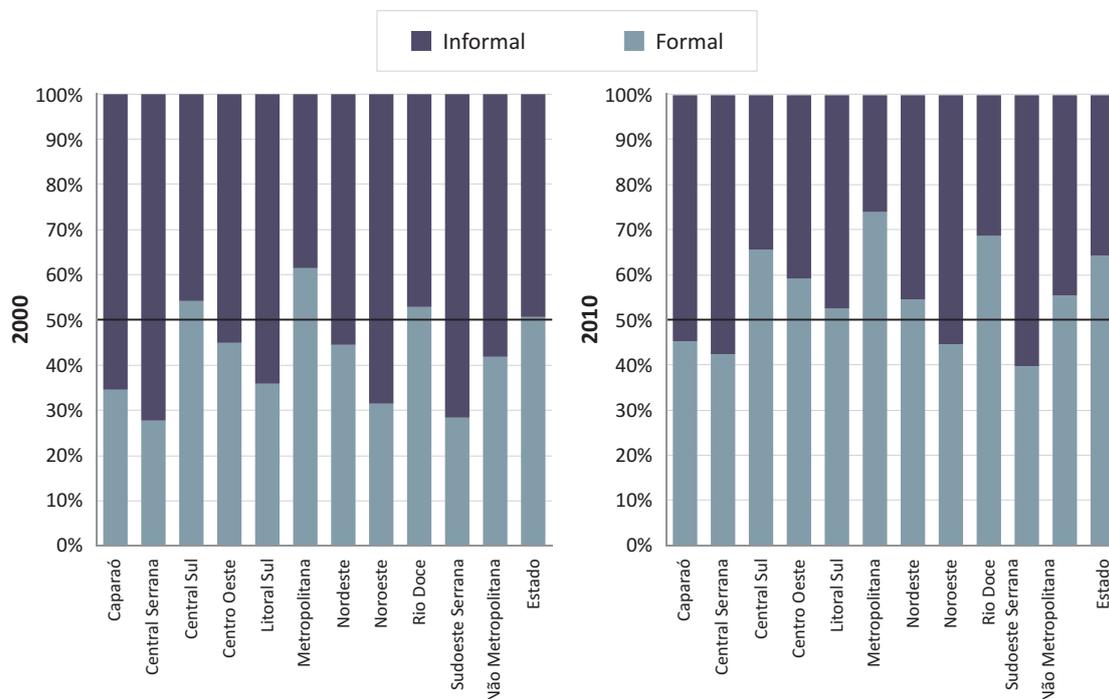
### 3. ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO CAPIXABA

Na tentativa de entender melhor a informalidade e a estrutura setorial do emprego, esta seção traz informações sobre as variáveis de análise e ainda faz um recorte regional: microrregiões, metropolitana, não metropolitana e estado.

A Figura 01 mostra a participação do setor informal nas microrregiões e regiões selecionadas.

<sup>6</sup> As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar – CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional do Brasil e pelos órgãos federais, estaduais e municipais gestores de registros administrativos e demais instituições do Brasil. Com base na resolução do presidente do IBGE n° 054, de 19 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial da União n° 244, em 26 de dezembro 1994, vem sendo implementada desde 1995 pelo Sistema Estatístico Nacional e órgãos da administração federal. A CNAE foi estruturada tendo como referência a International Standard Industrial Classification of All Economic Activities – ISIC das Nações Unidas e a gestão e manutenção da CNAE é de responsabilidade do IBGE, a partir das deliberações da Comissão Nacional de Classificação- Concla.

Figura 01 – Ocupação formal e informal em %



Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN.

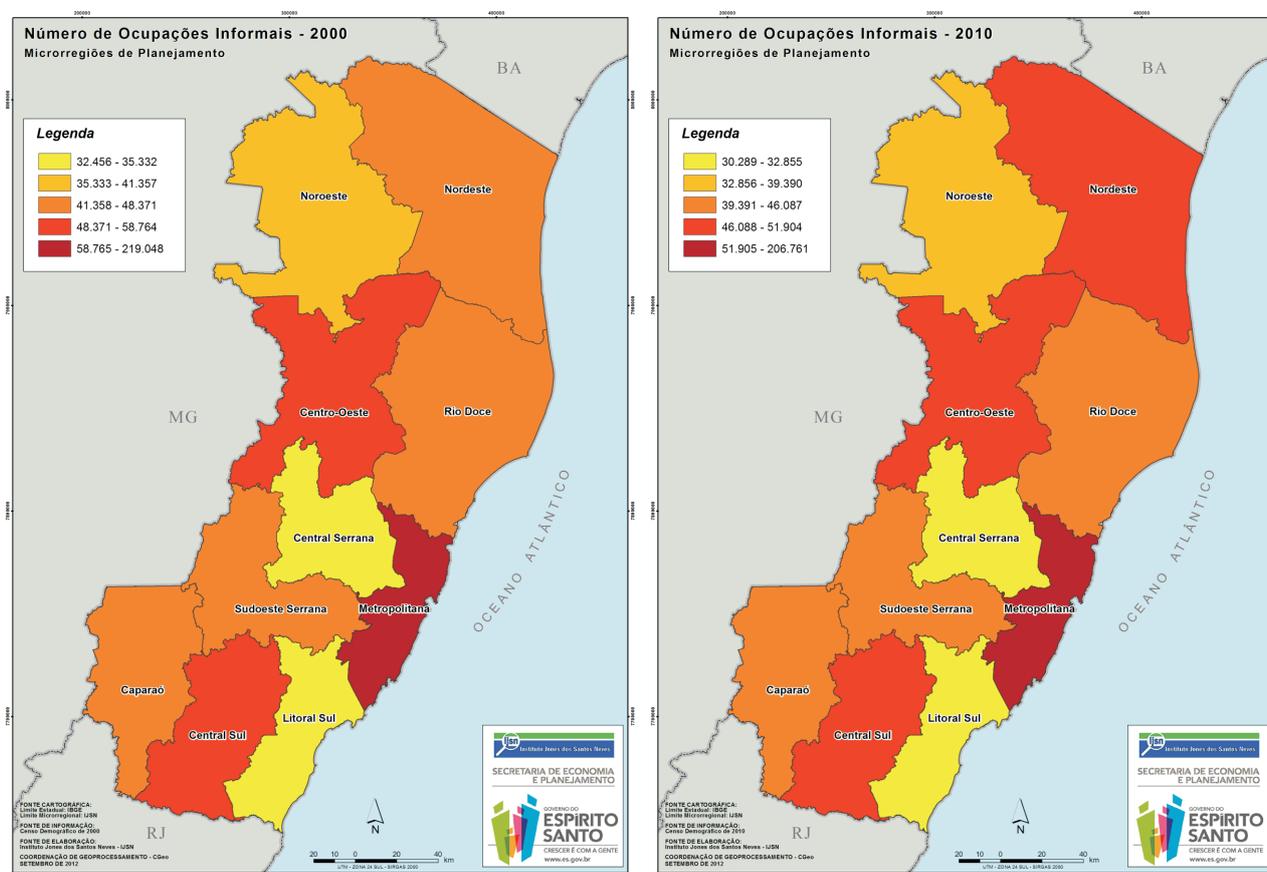
A informalidade diminuiu de 49,26% em 2000 para 35,77% em 2010 no estado. A região Metropolitana, tanto em 2000 como em 2010, manteve a informalidade abaixo de 50%, além de ser a microrregião com o menor grau de informalidade (30,60% em 2010). A região não Metropolitana, embora tenha reduzido a informalidade entre 2000 e 2010, ainda permanece com taxa elevada (42,10%). Em relação às demais microrregiões, apesar da informalidade continuar em patamares elevados, apresentaram redução no período.

Entre 2000 e 2010 houve redução de 28.927 ocupações informais no estado. Nas microrregiões do Caparaó, Central Serrana, Noroeste e Sudoeste Serrana o percentual de ocupações informais superou as ocupações formais em 2010. Em valores absolutos, todas as microrregiões mantiveram-se na mesma faixa de ocupações informais (Figura 02) com exceção da microrregião Nordeste, única que apresentou aumento do número de ocupações informais (5.153).

A região Metropolitana por si só, concentrou em 2010 cerca de 35% das ocupações informais do estado (206.761) de um total de 595.666 ocupações informais. Devido à sua grande participação no mercado de trabalho do estado, em valores absolutos manteve-se na mesma faixa em 2000 e 2010.

Em relação às microrregiões situadas na menor faixa de ocupações informais (Central Serrana e Litoral Sul) apesar de apresentarem pequeno número de vínculo informais (devido também a pouca representatividade do seu mercado de trabalho em relação ao estado), em termos percentuais apenas na Litoral Sul a taxa de formalidade (52,56%) supera a de informalidade.

Figura 02 – Número de ocupações informais em 2000 e 2010 por Microrregião



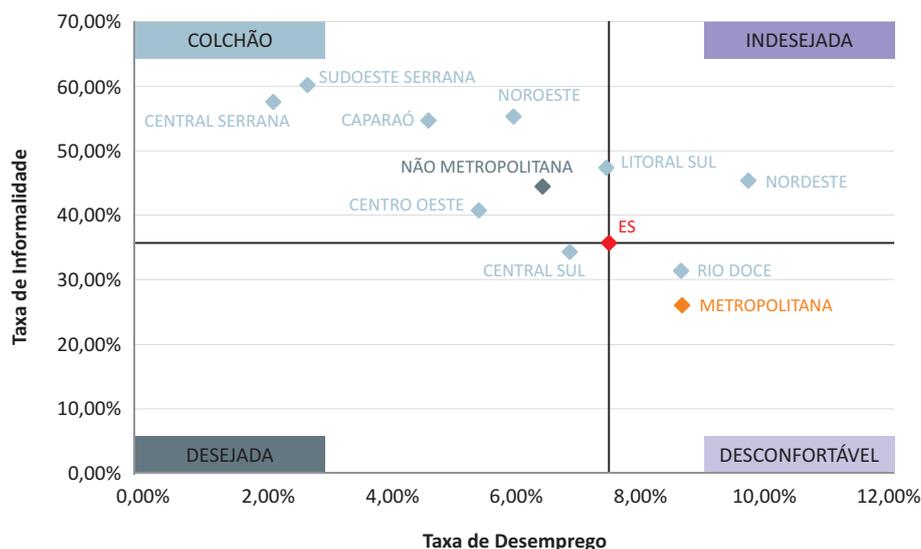
Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
 Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

Com vistas a uma melhor interpretação sobre a informalidade e seus reflexos, abaixo segue a associação com a taxa de desocupação.

A partir da Figura 03, podemos relacionar a situação de cada microrregião em relação aos resultados médios do estado em 2010. A combinação desocupação versus informalidade permite identificar quatro quadrantes<sup>7</sup> distintos:

<sup>7</sup> Exercício semelhante foi feito por Ramos (2007) que associou desemprego e taxa de participação.

Figura 03 – Taxa de desocupação versus grau de informalidade – valores %



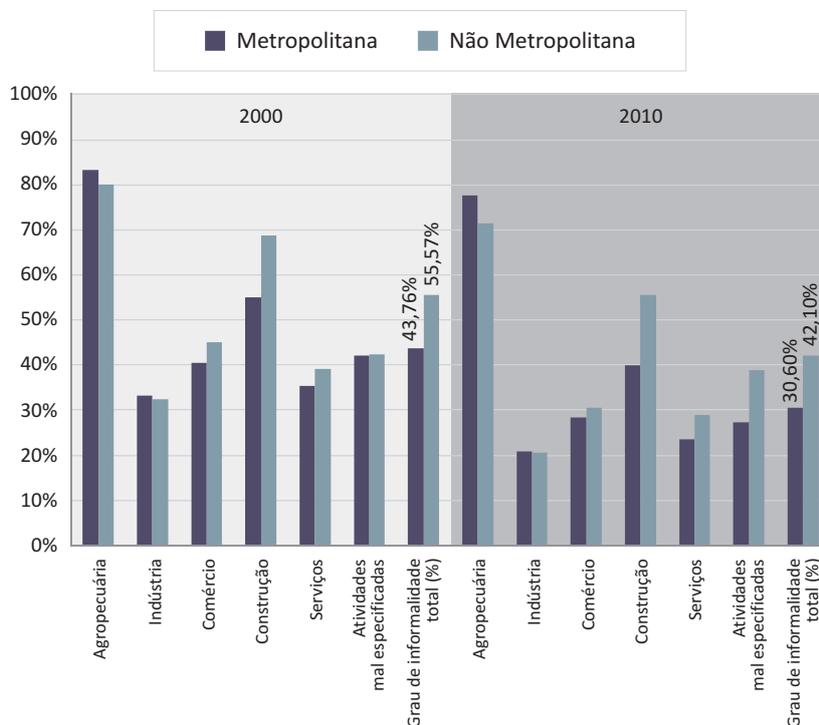
Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

No quadrante superior esquerdo tem-se altas taxas de informalidade e baixas taxas de desocupação, significando que as ocupações informais servem de “colchão” ao absorverem a mão de obra disponível no mercado. À direita, a pior situação possível: altas taxas de informalidade e desemprego, o que significa que nem as ocupações informais são suficientes para absorver a mão de obra local, o que pode estar associado a baixo desenvolvimento econômico local. No quadrante inferior esquerdo, situação desejada: baixas taxas de desocupação e de informalidade, o que pode significar uma aproximação de pleno emprego e, por fim, no quadrante inferior direito, alta taxa de desocupação e baixa taxa de informalidade, o que significa que, as poucas oportunidades, quando surgem, são na maior parte no setor formal.

Embora longe do escopo desse trabalho, fica a sugestão de identificar melhor os indivíduos em cada quadrante acima: escolaridade, idade, experiência, setor de ocupação, desenvolvimento econômico da microrregião, entre outros com vistas a uma melhor interpretação desses fenômenos.

Também é relevante destacar que a informalidade difere bastante dentro dos setores. Na Agropecuária alcança valores superiores a 70% enquanto que o setor Industrial desponta como o menos informal alcançando cerca de 20% em 2010. Entre 2000 e 2010 houve redução do grau de informalidade em todos os setores, e, no total, reduziu 13,16 p.p. na região Metropolitana e 13,47 p.p. na região não Metropolitana.

Figura 04 – Grau de informalidade nos setores selecionados



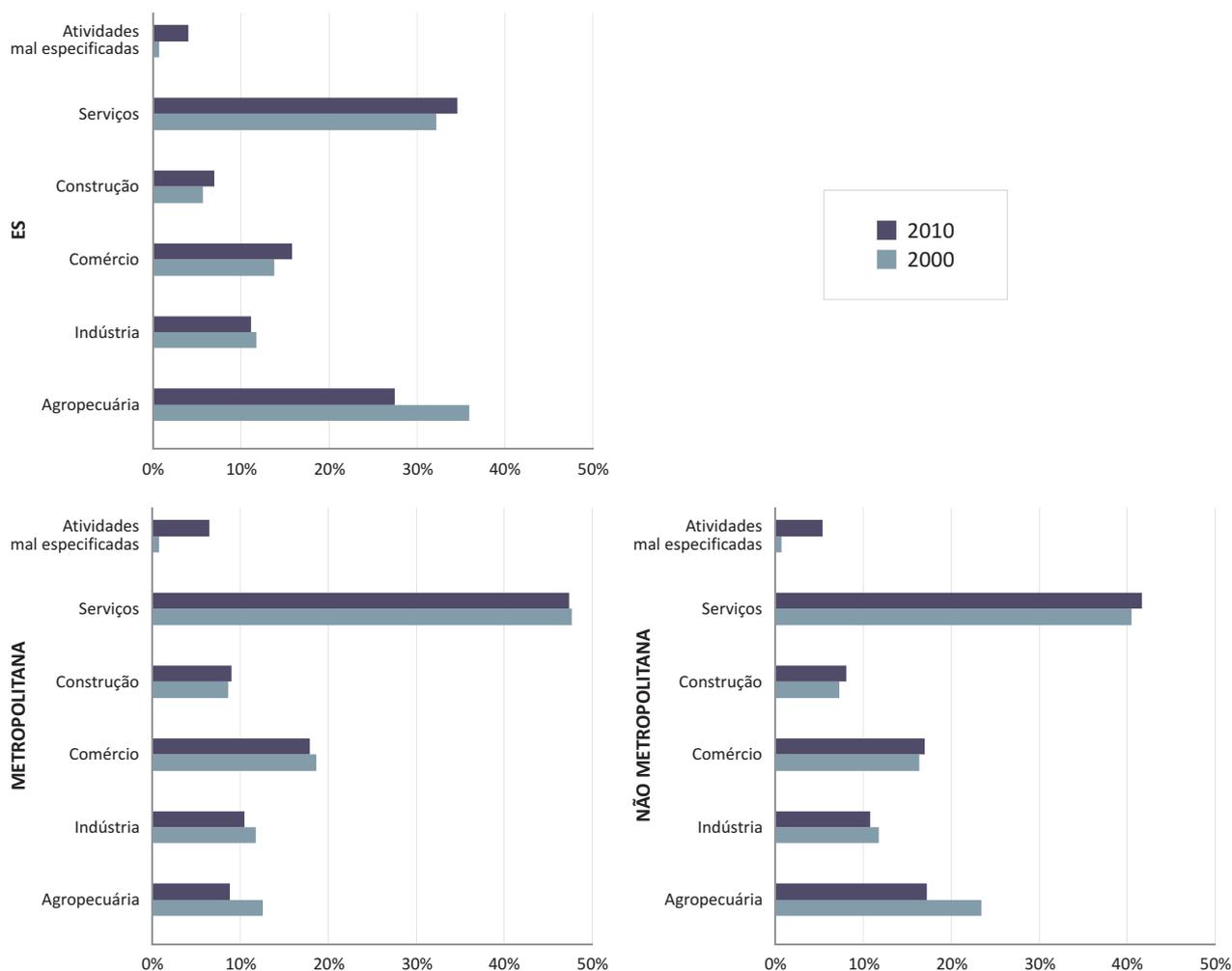
Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN.

A Figura 04 revela que a informalidade na Agropecuária é maior (percentualmente) na região Metropolitana. No entanto, em 2010 foram 80.497 ocupações informais no setor Agropecuária na região Metropolitana e 205.908 ocupações na região não Metropolitana.

Em todos os setores das regiões Metropolitana e não Metropolitana houve redução percentual da informalidade.

Outro fato que merece destaque é a participação dos setores escolhidos na estrutura ocupacional do mercado de trabalho no período (Figura 05).

Figura 05 – Evolução percentual da estrutura setorial



Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
 Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

Destaca-se a redução da participação dos setores Indústria e Agropecuária no estado, Indústria, Agropecuária, Serviços e Comércio na região Metropolitana e Indústria e Agropecuária na região não Metropolitana. Os únicos setores que perderam participação em todos os recortes regionais foram Indústria e o Agropecuário. Por outro lado, Serviços, Comércio e Construção ganharam participação no estado e na região não Metropolitana. Na região Metropolitana apenas o setor de Construção ampliou sua participação.

Outra conclusão a partir dos dados é que o setor Agropecuário foi o que mais perdeu participação (menor participação na região metropolitana) enquanto o setor de Serviços é o que mais empregou em 2010.

Dessa forma, dadas as transformações ocorridas na estrutura setorial (Figura 05) e a mudança no grau de informalidade entre os setores (Figura 04), importa avaliar o impacto (contribuição) dessa mudança estrutural sobre a redução da informalidade no mercado de trabalho capixaba no período 2000 a 2010.

Segundo Ramos e Ferreira (2005):

“Parece lícito argumentar que o fato de a inserção informal no mercado de trabalho ter crescido de forma substantiva na década de 1990 - até atingir o quadro de 2002, quando o total de assalariados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria era, para todos os efeitos práticos, igual ao de assalariados com carteira - esteja diretamente ligado à realocação setorial da força de trabalho nesse íterim”.

Esse pensamento se justifica pelas características dos postos de trabalho em cada um desses setores, uma vez que se podem observar mudanças na estrutura ocupacional. No entanto, para o período considerado, a informalidade perdeu fôlego em todos os setores.

Apesar do setor de Serviços absorverem grande parte da população ocupada, o setor Agropecuária ainda é no estado um dos mais importantes na absorção da mão-de-obra, principalmente na região não Metropolitana, muito embora venha reduzindo a sua participação ao longo do tempo. A permanecer a retração nas ocupações para o setor Agropecuária (excessivamente informal) e Construção, a expansão do Comércio e do setor de Serviços (tipicamente formais), e a redução da informalidade no setor de Construção, espera-se uma continuidade na tendência de queda do grau de informalidade para o estado, regiões Metropolitana e não Metropolitana.

A análise do setor Agropecuária se deve ao fato de sua importância relativa para a economia capixaba, principalmente na região não metropolitana. Em relação aos setores da Indústria, Comércio e Serviços, a escolha se deve, não apenas pela sua importância na alocação entre os ocupados, mas também pela sua representatividade para a economia capixaba, principalmente o setor de serviços na região metropolitana.

O setor da Indústria é emblemático, por ser tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico (sua participação reduziu de 11,75% em 2000 para 10,77% em 2010) e o setor de Serviços é o que mais emprega na economia capixaba (40,48% em 2000 e 41,65% em 2010).

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme a Tabela 01, a contribuição da mudança setorial nos setores analisados para a redução da informalidade no período foi de apenas 16,60%, o que é relativamente baixo, porém, se considerarmos que várias podem ser as causas da ocupação informal (como por exemplo: burla fiscal, maior flexibilidade de horários, pouca fiscalização, falta de incentivos fiscais, a própria característica da estrutura ocupacional – ocupações geradas na região, a qualidade da oferta de mão de obra – baixa ou alta escolaridade, entre outros), percebemos que a estrutura ocupacional per si explica 16,60% da mudança no grau de informalidade, o que ressalta sua importância.

Para o estado, os setores que aumentaram a sua participação no mercado de trabalho foram Comércio, Construção, Serviços e Atividades mal especificadas (0,58 p.p., 0,84 p.p., 1,17 p.p. e 4,65 p.p., respectivamente), ao mesmo tempo em que reduziram seu grau de informalidade (-12,97 p.p., -13,96 p.p., -11,21 p.p. e -11,09 p.p. respectivamente). Ou seja, todos os setores que aumentaram sua participação reduziram seu grau de informalidade. Os únicos setores que perderam participação (Agropecuária e Indústria) também reduziram o seu grau de informalidade. Notadamente o setor que mais perdeu participação foi o setor Agropecuária (-6,25 p.p.) e o setor que mais reduziu sua informalidade foi o Comércio (-12,97 p.p.).

Percebe-se também que o grau de informalidade do mercado de trabalho reduziu de 49,26% em 2000 para 35,77% em 2010 (-13,49 p.p.).

**Tabela 01 – ES: Efeito da Realocação Setorial sobre o Grau de Informalidade**

Ano	Estrutura ocupacional* (%)						Grau de informalidade do setor (%)						Grau de informalidade total (%)
	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	
<b>2000</b>	23,45%	11,75%	16,37%	7,24%	40,48%	0,71%	80,96%	32,79%	42,27%	60,01%	36,71%	42,24%	49,26%
<b>2010</b>	17,20%	10,77%	16,95%	8,08%	41,65%	5,36%	73,09%	20,66%	29,30%	46,05%	25,50%	31,15%	35,77%
<b>2000/2010 p.p.</b>	-6,25	-0,98	0,58	0,84	1,17	4,65	-7,87	-12,13	-12,97	-13,96	-11,21	-11,09	-13,49
<b>Efeito da realocação setorial: 16,60 %</b>													

Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos/IJSN.

\* Categoria de atividade do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 16 anos ou mais de idade.

Nota: O Grau de Informalidade total é o somatório dos produtos entre a participação do setor na estrutura ocupacional pelo respectivo grau de informalidade.

Cabe agora uma análise mais detalhada para entender melhor a contribuição da realocação setorial sobre a redução da informalidade do mercado de trabalho.

A Tabela 02 mostra a estrutura setorial do mercado de trabalho em números absolutos de ocupados, bem como as ocupações informais. O setor Agropecuário perdeu 10.898 ocupações ente 2000 e 2010. O setor de serviços aumentou o contingente de ocupados em 180.274, tendo reduzido em 11.555 as ocupações informais (é o setor que mais empregou em 2010). Comércio e Construção cria-

ram respectivamente 74.715 e 42.702 postos de trabalho, tendo este último aumentado o número de ocupações informais.

**Tabela 02 – ES: Geração de Postos de Trabalho Informais**

Ano	Total da ocupação							Total de ocupações informais						
	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	Total	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	Total
<b>2000</b>	297.303	149.017	207.517	91.796	513.254	9.058	1.267.945	240.695	48.867	87.726	55.084	188.394	3.826	624.592
<b>2010</b>	286.405	179.282	282.232	134.498	693.528	89.261	1.665.206	209.339	37.048	82.701	61.933	176.839	27.805	595.665
<b>2000/2010 p.p.</b>	-10.898	30.265	74.715	42.702	180.274	80.203	397.261	-31.356	-11.819	-5.025	6.849	-11.555	23.979	-28.927
<b>Participação na redução do total de ocupações informais (%)</b>								52,47	19,78	8,41	–	19,34	–	–

Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

De acordo com os números das tabelas 01 e 02, o motivo da contribuição da mudança na estrutura setorial sobre a informalidade não ter sido mais elevado se deveu ao fato de que:

1. Sendo o setor Agropecuária aquele com maior grau de informalidade tanto em 2000 como em 2010, foi o que mais reduziu sua participação na ocupação total (-6,25 p.p., equivalente a 31.356 postos de trabalho), no entanto, foi o setor que menos reduziu o seu grau de informalidade (-7,87 p.p.) permanecendo com 73,09% em 2010;
2. A Indústria, que é tipicamente formal, não obstante ter reduzido seu grau de informalidade em -12,13 p.p., reduziu sua participação na estrutura ocupacional em -0,98 p.p., além de sua baixa participação na estrutura ocupacional (10,77% em 2010);
3. O Comércio, embora tenha aumentado sua participação na estrutura ocupacional em 0,58 p.p. e reduzido seu grau de informalidade em -12,97 p.p., não externaliza mais fortemente essa redução sobre a informalidade devido a sua “relativamente” baixa participação na estrutura ocupacional (16,95% em 2010);
4. O setor de Construção (que absorveu cerca de 8% da mão de obra ocupada) foi o setor que mais reduziu o grau de informalidade (-13,96 p.p.), no entanto, elevou o número absoluto de vínculos informais (6.849).
5. O setor de Serviços, que possui o segundo menor grau de informalidade entre os setores (25,50% em 2010) foi um dos que menos reduziu seu grau de informalidade (-11,21 p.p., superando apenas os setores Agropecuária e Atividades mal definidas).

Dito de outra forma, apesar da redução do grau de informalidade em todos os setores, esses não conseguiram externalizar fortemente os reflexos positivos dessa redução, dado a pouca mudança na estrutura ocupacional.

Olhando mais atentamente para os valores (Tabela 02) podemos fazer outra interpretação (consolidando a análise anterior); entre 2000 e 2010 foram geradas 397.261 ocupações no total, simultaneamente a uma redução da ocupação informal da ordem de 28.927 (diminuição de 59.755 contra aumento de 30.828), ou seja, aumentou o número de ocupações formais no mercado de trabalho capixaba, tanto pelo próprio crescimento do número de ocupações como pela redução dos vínculos informais.

Fato é que o setor Agropecuária, extremamente informal, respondeu sozinho com 52,47% da redução de postos informais, superando os setores da Indústria, Comércio e Serviços conjuntamente. Podemos ainda considerar que o setor Agropecuária contribuiu para a redução do grau de informalidade principalmente via redução do número de vínculos informais, ao passo que os setores Indústria e Serviços contribuem principalmente via aumento de vínculos formais (Tabela 02).

Para um melhor detalhamento com vistas a apurar a compreensão dos efeitos da mudança na estrutura ocupacional, abaixo é detalhada a análise para a região Metropolitana (Tabela 3) e região não Metropolitana (Tabela 4).

**Tabela 03 – ES: Efeito da Realocação Setorial sobre o Grau de Informalidade – Região Metropolitana**

Ano	Estrutura ocupacional* (%)						Grau de informalidade do setor (%)						Grau de informalidade total (%)
	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	
<b>2000</b>	12,56%	11,76%	18,64%	8,59%	47,71%	0,73%	83,35%	33,10%	40,55%	54,99%	35,23%	42,21%	43,76%
<b>2010</b>	8,79%	10,46%	17,91%	8,97%	47,40%	6,47%	77,63%	20,78%	28,39%	40,06%	23,53%	27,27%	30,60%
<b>2000/2010 p.p.</b>	-3,77	-1,30	-0,73	0,38	-0,32	5,74	-5,72	-12,32	-12,15	-14,93	-11,69	-14,94	-13,17
<b>Efeito da realocação setorial: 10,26 %</b>													

Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

**Tabela 04 – ES: Efeito da Realocação Setorial sobre o Grau de Informalidade – Região não Metropolitana**

Ano	Estrutura ocupacional* (%)						Grau de informalidade do setor (%)						Grau de informalidade total (%)
	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	Agropecuária	Indústria	Comércio	Construção	Serviços	Atividades mal especificadas	
<b>2000</b>	35,94%	11,74%	13,76%	5,69%	32,18%	0,69%	80,00%	32,44%	44,96%	68,70%	39,22%	42,27%	55,57%
<b>2010</b>	27,48%	11,14%	15,78%	6,98%	34,62%	4,00%	71,32%	20,53%	30,56%	55,44%	28,79%	38,81%	42,10%
<b>2000/2010 p.p.</b>	-8,46	-0,60	2,01	1,29	2,44	3,31	-8,68	-11,91	-14,39	-13,26	-10,44	-3,46	-13,47
<b>Efeito da realocação setorial: 20,87 %</b>													

Fonte: Microdados do CENSO/IBGE.  
Elaboração: Coordenação Geoprocessamento/IJSN.

Observando os valores constantes nas referidas tabelas, resta evidenciado que os reflexos da mudança na estrutura ocupacional foram menos intensos na região Metropolitana (10,26%) e mais intensos na região não Metropolitana (20,87%). Nessa última, o setor Agropecuária (com menor participação em 2010) reduziu a informalidade em -8,68 p.p. enquanto sua participação foi a que mais sofreu redução (-8,46p.p.). Praticamente a estrutura ocupacional da região Metropolitana não sofreu maiores

alterações. Daí o efeito realocação ter contribuído com apenas 10,26% sobre a redução da informalidade no período.

Em relação à região não Metropolitana, as mudanças são mais importantes, principalmente em relação ao setor Agropecuária. No entanto, a redução do grau de informalidade foi praticamente a mesma (-13,17 p.p. na região Metropolitana e -13,47 p.p. na região não Metropolitana). Portanto, o maior efeito da realocação setorial sobre a informalidade é mais sentido na região não Metropolitana devido às maiores alterações na estrutura ocupacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observa-se que, apesar das poucas mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho capixaba entre 2000 e 2010, esta ocorreu de forma mais significativa para o setor Agropecuária (principalmente na região não Metropolitana), apresentando pouca variação nos demais setores.

Destaca-se uma importante participação dos setores analisados e confirma-se a associação existente entre as mudanças estruturais e o grau de informalidade do mercado de trabalho. No entanto, para o caso capixaba, também confirmamos que essa relação não é tão forte como poderíamos supor inicialmente. Os motivos para tal diferem entre os setores.

No caso do setor Agropecuária (extremamente informal), que diminuiu a sua participação na estrutura ocupacional em -6,25 p.p., reduziu pouco a informalidade no período (-7,87 p.p.). Não obstante a significativa redução no grau de informalidade dos setores Indústria, Comércio, Construção e Serviços, a participação destes na estrutura ocupacional praticamente não se alterou (-0,98 p.p., +0,58 p.p., +0,84 p.p. e +1,17 p.p., respectivamente).

A análise sugere que a diminuição da informalidade, embora esteja correlacionada de forma fraca com as mudanças estruturais (16,60%), é também influenciada por esta. Ademais essa mudança é mais sentida na região não Metropolitana (20,87%) do que na região Metropolitana (10,26%). No entanto, parece se confirmar a existência de outras causas, mais significativas, como por exemplo, escolaridade, incentivos fiscais, etc. Apesar disso, parece ficar claro que, para o mercado de trabalho capixaba, é nítida a tendência de redução do grau de informalidade (não ocorrendo bruscas alterações na estrutura ocupacional e nas demais variáveis causais).

Importante destacar que a estrutura setorial apresenta comportamento quase homogêneo entre as regiões Metropolitana e não Metropolitana (em ambos destaca-se o setor de Serviços), com exceção do setor Agropecuária que têm grande participação na região não Metropolitana e pequena participação na região Metropolitana. Em relação ao grau de informalidade, a homogeneidade é mais nítida.

O fato de o grau de informalidade estar diminuindo no mercado de trabalho nacional e capixaba pode proporcionar uma sensação de alívio, mas não necessariamente se traduz apenas em boas notícias. Há que se considerar que o patamar é bastante elevado (pouco menos da metade da população ocupada está inserida no setor informal). É importante ter claramente a percepção da situação, até porque algumas vezes a informalidade é vista como “uma solução, e não um problema”.

Nesse sentido, o presente trabalho traz elementos que ajudam a refletir sobre a evolução da estrutura ocupacional e a sua relação com a informalidade, mostrando que ainda há muito a ser feito no estado, principalmente nos setores Agropecuária (onde o número de ocupações informais se encontra acima de 73%) e Construção (46,05%) o que serve de orientação para melhor direcionar os esforços do poder público no sentido de reduzir ainda mais a informalidade no mercado de trabalho capixaba.

Uma outra contribuição relevante, que se traduz em futuras pesquisas, seria identificar mais aprofundadamente a relação entre informalidade e desemprego. Uma identificação do trabalhador informal e dos desempregados por microrregião ou por município ajudaria a compreender melhor os fenômenos e a identificar políticas efetivas de combate a ambos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000 e 2010. Rio de Janeiro, 2010.

RAMOS, L. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Texto para discussão n. 1255. IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_; A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. IPEA, Rio de Janeiro, 2002 (Texto para discussão n.914).

\_\_\_\_\_; BRITTO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano Brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. IPEA, Rio de Janeiro, 2004 (Texto para discussão nº 1.011).

\_\_\_\_\_; FERREIRA, V. Padrões setorial e espacial da evolução da informalidade no Brasil: 1991-2003. IPEA, Rio de Janeiro, 2005b (Texto para discussão n. 1.099).

REIS, M. C. O mercado de trabalho no Espírito Santo: uma análise para o período 1992-2008. Em: Instituições, desenvolvimento e inclusão social. IJSN, Vitória, 2010.

ROCHA, Antonio Ricardo F.; CASTRO, Magnus William; COSTA, Jaqueline S.; TRINDADE, Lorena Zardo; FERRARI, Tatiana K. Educação e Mercado de Trabalho: Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo/PNAD 2009. Nota Técnica n. 13. IJSN, Vitória, 2010.

**ANEXO 1 – CNAE 2000 e 2010**

2000 - Seção	Denominação	
A	Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	<b>Agropecuária</b>
B	Pesca	
C	Indústrias Extrativas	<b>Indústria</b>
D	Indústrias de Transformação	
E	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	<b>Serviços</b>
F	Construção	<b>Construção</b>
G	Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	<b>Comércio</b>
H	Alojamento e Alimentação	<b>Serviços</b>
I	Transporte, Armazenagem e comunicações	
J	Intermediação Financeira	
K	Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados Às Empresas	
L	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	
M	Educação	
N	Saúde e Serviços Sociais	
O	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	
P	Serviços Domésticos	
Q	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	
	Atividades mal especificadas	<b>Atividades mal especificadas</b>
2010 - Seção	Denominação	
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	<b>Agropecuária</b>
B	Indústrias extrativas	<b>Indústria</b>
C	Indústrias de transformação	
D	Eletricidade e gás	<b>Serviços</b>
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	
F	Construção	<b>Construção</b>
G	Comércio;reparação de veículos automotores e motocicletas	<b>Comércio</b>
H	Transporte, armazenagem e correio	<b>Serviços</b>
I	Alojamento e alimentação	
J	Informação e comunicação	
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	
L	Atividades imobiliárias	
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	
N	Atividades administrativas e serviços complementares	
O	Administração pública, defesa e seguridade social	
P	Educação	
Q	Saúde humana e serviços sociais	
R	Artes, cultura, esporte e recreação	
S	Outras atividades de serviços	
T	Serviços domésticos	
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	
V	Atividades mal definidas	<b>Atividades mal especificadas</b>